

CADERNO DE DELIBERAÇÕES REGIONAIS



PSICOLOGIA NO COTIDIANO,

POR UMA SOCIEDADE

MAIS DEMOCRÁTICA E IGUALITÁRIA

EIXO 1:

Organização democrática do Sistema Conselhos e aperfeiçoamento das estratégias de diálogo com a categoria e a sociedade;

EIXO 2:

Contribuições éticas, políticas e técnicas ao processo democrático de garantia de direitos;

EIXO 3:

Ampliação e qualificação do exercício profissional no Estado de garantia de direitos.

**29, 30 DE ABRIL E 1º DE MAIO
DE 2016, RIO DE JANEIRO.**



CONSELHO REGIONAL
DE PSICOLOGIA
DO RIO DE JANEIRO

www.crprj.org.br



/crprj



/crprj



/realcrprj

#corep2016

corep2016@crprj.org.br

9º Congresso Nacional de Psicologia (CNP)

9º Congresso Regional de Psicologia (COREP)

Tema: Psicologia, no cotidiano, por uma sociedade mais democrática e igualitária

ÍNDICE

Apresentação.....	3
1) Eixo 1 - Organização democrática do Sistema Conselhos e aperfeiçoamento das estratégias de diálogo com a categoria e sociedade.....	4
1.1) Organização do CRP-RJ.....	4
1.2) Regionalização/Interiorização.....	4
1.3) CRP-RJ e Controle Social.....	4
1.4) Relação com outros Conselhos Profissionais, Entidades, Agências Formadoras e Sindicato de Psicologia	5
1.4.1) Conselhos Profissionais.....	5
1.4.2) Agências Formadoras.....	5
1.4.3) Sindicato dos Psicólogos.....	5
1.5) Estratégias de Diálogo com a Categoria e Sociedade.....	6
1.6) Orientação, Fiscalização e Ética.....	6
2) Eixo 2 - Contribuições éticas, políticas e técnicas do processo democrático e de garantia de direitos.....	7
2.1) Saúde e Saúde Mental.....	7
2.2) Formação	8
2.3) Sistema Socioeducativo	8
2.4) Controle Social	8
2.5) Temas em Direitos Humanos	8
3) Eixo 3 - Ampliação e qualificação do exercício profissional no Estado de garantia de direitos	9

4) Moções Aprovadas.....	10
4.1) Moção Regional.....	10
4.2) Moções Nacionais Encaminhadas para o 9ºCNP.....	10

APRESENTAÇÃO

A cada três anos, as (os) psicólogas (os) brasileiras (os) se reúnem de forma democrática e organizada para decidir sobre os rumos da profissão. Em sua 9ª versão, o CNP/2016 teve como tema "Psicologia, no cotidiano, por uma sociedade mais democrática e igualitária" e foi dividido em três eixos:

Eixo 1: Organização democrática do Sistema Conselhos e aperfeiçoamento das estratégias de diálogo com a categoria e a sociedade;

Eixo 2: Contribuições éticas, políticas e técnicas ao processo democrático de garantia de direitos;

Eixo 3: Ampliação e qualificação do exercício profissional no Estado de garantia de direitos.

O 9º Congresso Regional de Psicologia do CRP- RJ (COREP-RJ), etapa regional deste processo, realizou-se no Rio de Janeiro de 29 de abril a 1º de maio de 2016 no Hotel Windsor Flórida, no bairro do Flamengo, Rio de Janeiro.

Para a COREP-RJ foram eleitos democraticamente 128 delegadas (os) psicólogas (os), além de 25 delegadas (os) estudantes, nos 29 Pré-Congressos Regionais de Psicologia realizados de fevereiro a abril desse ano em diversos municípios do estado do Rio.

Foram aprovadas ao todo 238 propostas, que foram debatidas nestes três dias em quatro grupos de trabalho distintos. Ao final, foram encaminhadas 29 propostas para etapa nacional e aprovadas 50 diretrizes regionais.

Este Caderno apresenta essas 50 Diretrizes Regionais aprovadas no COREP-RJ e as moções que foram encaminhadas ao 9º CNP.

Comissão Organizadora do 9º COREP-RJ

1) EIXO 1 – ORGANIZAÇÃO DEMOCRÁTICA DO SISTEMA CONSELHOS E APERFEIÇOAMENTO DAS ESTRATÉGIAS DE DIÁLOGO COM A CATEGORIA E SOCIEDADE

Refere-se ao método, ao modo de gestão e de funcionamento interno do Sistema Conselhos de Psicologia e de sua relação com outras entidades, movimentos, a categoria e a sociedade. Neste eixo, cabem propostas que enfatizam a relação dos Conselhos Regionais e Federal de Psicologia com outras organizações, com movimentos sociais e com a categoria. Envolve ainda questões administrativas e financeiras, como aquelas relacionadas à carteira profissional, aos métodos de transparência, à ética profissional, aos métodos para a produção de resoluções, à gestão dos procedimentos éticos, entre outros.

1.1) Organização do CRP-RJ

- Dar continuidade à Comissão Psicologia e SUAS.

1.2) Regionalização/Interiorização

- Mobilizar, permanentemente, a categoria atuante no interior do estado e realizar levantamentos estatísticos da demanda, realizando estudos de viabilidade e acompanhamento aos grupos organizados já existentes para implantação de subsedes nas regiões Noroeste, Lagos e Sul Fluminense. O CRP-RJ deverá comunicar os estudos de viabilidade no prazo de até um ano de sua posse.

- Ampliar a atuação da Comissão de Interiorização Regionalização e Descentralização do CRP-RJ (CIRD Itinerante) junto à Região Noroeste do estado do Rio de Janeiro.

- Que a entrega de carteira profissional seja itinerante, de acordo com a demanda mínima a ser estabelecida pelo CRP-RJ num evento em que seja convidado o Sindicato dos Psicólogos.

1.3) CRP-RJ e Controle Social

- Propor-se sempre a ocupar a cadeira de conselheiro no CEAS (Conselho Estadual de Assistência Social) e atuar no fortalecimento da representação dos trabalhadores nos Conselhos Municipais.

- Que o CRP-RJ faça gestão junto ao DETRAN para garantir o valor mínimo dos honorários já estabelecidos na tabela de honorários profissionais para o serviço de avaliação psicológica para obtenção da CNH.

1.4) Relação com outros Conselhos Profissionais, Entidades, Agências Formadoras e Sindicato de Psicologia

- O CRP-RJ deve promover a aproximação junto às instituições acadêmicas, estabelecendo maior integração entre o Conselho, o Sindicato dos Psicólogos e os estudantes de Psicologia, contando com a participação da Comissão de Estudantes do CRP-RJ.

1.4.1) Conselhos Profissionais:

- Mediante aos avanços das Políticas Públicas na atualidade, propõe-se uma maior articulação entre o CRP-RJ e o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS-RJ) a fim de consolidar a parceria na atuação dos respectivos profissionais no que tange à Política Nacional de Assistência Social.

1.4.2) Agências Formadoras:

- Maior articulação entre CRP e agências formadoras para aperfeiçoamento do debate da ética e exercício profissional da (o) psicóloga (o) na interface com a laicidade, religiosidades e espiritualidades, prioritariamente, nas disciplinas relacionadas à ética profissional.

- Fomentar e intensificar a interlocução entre o CRP-RJ e as instituições de ensino superior no processo de formação das (os) psicólogas (os), promovendo encontros sistemáticos de temas relativos às políticas públicas e à ética profissional da (o) psicóloga (o).

- Estreitamento das relações entre o Sistema Conselhos e as universidades do Sul Fluminense, ampliando as ações de interiorização do Sistema Conselhos, tais como palestra, conferência, seminário, entre outras, buscando uma maior integração com a categoria.

- Dialogar com as universidades e promover debates nos espaços acadêmicos sobre a importância da laicidade e liberdade religiosa para a ética profissional.

1.4.3) Sindicato dos Psicólogos:

- Devido às constantes violações dos direitos trabalhistas dos profissionais nas abrangências de todo o CRP-RJ, ressalta-se a importância do estreitamento da relação entre todas as sedes do CRP-RJ e o Sindicato dos Psicólogos.

- Aproximação do CRP-RJ com o Sindicato dos Psicólogos a fim de garantir a defesa na abertura e na lisura de novos concursos públicos para a categoria, assim como sua fiscalização para se fazer cumprir o edital até a posse.

1.5) Estratégias de Diálogo com a Categoria e Sociedade

- Que o CRP-RJ organize um calendário anual de seminários e encontros intersetoriais de discussão sobre a atuação da (o) psicóloga (o) nas políticas públicas.

- Ampliação dos mecanismos de comunicação e informação do CRP-RJ (sede, sedes e campos focais) sobre sua participação nos organismos de controle social, onde são produzidas e debatidas políticas públicas no âmbito municipal e estadual.

- A ampliação da divulgação/discussão na academia e na sociedade das propostas de trabalho e a prática da (o) psicóloga (o) no SUS e no SUAS, bem como as dificuldades e limitações para a categoria.

- Construir em âmbito regional a aproximação e discussões com as (os) profissionais psicólogas (os) que atuam em RH.

- Promover permanentemente campanhas de esclarecimento e discussões de temas ligados aos Direitos Humanos da população carcerária e dos usuários da rede de Saúde Mental.

- Promover o debate sobre a laicidade e liberdade religiosa na sede e subsedes dos CRPs, visando a discutir sobre o lugar da (o) psicóloga (o) na prática clínica, bem como seu compromisso político com as temáticas que afetam as subjetividades.
- A ampliação do debate pela categoria sobre a inserção do dependente químico e/ou portador do vírus do HIV/AIDS na família, sociedade, espaços políticos e sociais, bem como sobre a discussão do sofrimento no sujeito.
- Promover debates sobre sexualidades enfatizando o cuidado com relação às vulnerabilidades ao HIV/AIDS da população de jovens entre 14 a 21 anos (prevalência nacional) no contexto da Psicologia Escolar.

1.6) Orientação, Fiscalização e Ética

- Maior atuação do CRP-RJ na avaliação, acompanhamento e fiscalização das condições de trabalho da (o) psicóloga (o).
- Criar condições de maior aproximação do CRP-RJ, através da sua Comissão de Orientação e Fiscalização (COF), em parceria com SINDPSI-RJ a fim de fiscalizar/orientar os serviços das Políticas Públicas onde atuam psicólogas (os).
- Otimizar e divulgar o acesso à COF e Ouvidoria para orientar os profissionais, tirar dúvidas e receber denúncias.
- Intensificar o acompanhamento nos processos de concursos públicos oferecidos às (aos) psicólogas (os) nas instâncias municipais, estaduais e federal desde a publicação do edital, a homologação, prazo de validade e possível prorrogação.
- Incentivar as fiscalizações realizadas pelo CRP-RJ em conjunto com outras entidades nos equipamentos nas áreas de atuação das (os) psicólogas (os), principalmente no SUAS, na Educação, na Saúde e na Justiça garantindo condições dignas de trabalho.

2) EIXO 2 – CONTRIBUIÇÕES ÉTICAS, POLÍTICAS E TÉCNICAS DO PROCESSO DEMOCRÁTICO E DE GARANTIA DE DIREITOS

Refere-se às contribuições que a Psicologia deve oferecer, a partir de seus subsídios éticos, teóricos e técnicos, para a garantia do Estado de direito. Neste eixo cabem propostas que enfatizam os posicionamentos que a Psicologia assume perante a sociedade, como, por exemplo, na defesa de políticas públicas e de direitos humanos. Evidentemente, essas posições ancoram-se nas referências da Psicologia, mas a ênfase desse eixo está na posição assumida e nas ações a serem tomadas pelos Conselhos de Psicologia para essa defesa. Por exemplo, a defesa da política de redução de danos tem como base a produção técnica e científica da profissão; nesse eixo, a proposta deve se referir ao protagonismo e às ações necessárias para essa defesa. Assim, o eixo envolve os posicionamentos assumidos politicamente, com base no referencial técnico, teórico e ético da profissão.

2.1) Saúde e Saúde Mental:

- Que o CRP-RJ promova ações que deem visibilidade às consolidações do SUS e seus princípios, defendendo seu caráter público, gratuito e de qualidade, realizando mapas das RAPS (Rede de Atenção Psicossocial), acompanhando seus avanços e orientando o trabalho das (os) profissionais psicólogas (os), tendo em vista o trabalho já realizado das inspeções em instituições manicomial bem como as ações de desinstitucionalização.
- Fomentar a participação da Psicologia nas políticas públicas de saúde voltadas à prevenção e tratamento de doenças crônicas, objetivando promover a reinserção social e ocupacional destes sujeitos.
- Orientar a categoria atuante nas comunidades terapêuticas para as práticas em defesa dos direitos humanos, respeitando suas escolhas religiosas, orientação sexual e identidade de gênero e afirmando as políticas de redução de danos, formulada pelo Ministério da Saúde.
- Que o CRP-RJ participe de forma ativa na afirmação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) aliando-se à Luta Antimanicomial e a Reforma Psiquiátrica, particularmente no município de Nova Friburgo.

2.2) Formação:

- Fomentar a participação dos estudantes em campos de estágios em instituições de políticas públicas.

2.3) Sistema Socioeducativo:

- Que o CRP-RJ busque articulação com outras representações de categorias, como assistentes sociais, advogados e outras categorias profissionais para que sejam realizadas discussões conjuntas sobre as práticas e atuação no sistema socioeducativo.

2.4) Controle Social:

- Que o CRP/RJ incentive uma maior representatividade dos profissionais de Psicologia nos Conselhos de Controle Social, como parte da Política de Regionalização e Interiorização.

2.5) Temas em Direitos Humanos:

- O Brasil assumiu um compromisso internacional (Durban/2001) de reparar os danos causados até hoje aos descendentes de escravizados, como danos psicológicos, institucionais e físicos. Nesse sentido, faz-se necessário fomentar o debate junto à categoria e à sociedade acerca da Reparação Histórica do Estado Brasileiro ao povo negro.
- Realizar seminários regionais onde a temática seja Psicologia, laicidade, religiosidades, espiritualidades, agnosticismo e ateísmo no âmbito dos direitos humanos.
- Promover eventos, debates, materiais impressos, vídeos e campanhas de esclarecimento a respeito das relações entre a psicologia e laicidade, voltadas para estudantes, a Psicologia e laicidade, voltadas para estudantes, profissionais psicólogas (os) e o diálogo com profissionais de categorias afins.
- Defender a permanência de psicólogas (os) em equipes de acolhimento imediato em unidades referenciadas para o atendimento da demanda de abuso sexual.
- Que o CRP-RJ promova o debate sobre a atuação da (o) profissional de Psicologia na operacionalização do Bolsa Família nos municípios a fim de problematizar o fazer ético do profissional nas políticas do SUAS como um todo.
- Fomentar discussões de identidade de gênero, diversidade sexual e laicidade no âmbito da formações em Psicologia, bem como do Sistema Conselhos.

3) EIXO 3 - AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL NO ESTADO DE GARANTIA DE DIREITOS

Refere-se à ampliação da presença das (os) psicólogas (os) nas políticas públicas e na sociedade de um modo geral e à construção de referências para exercício profissional. Neste eixo, cabem propostas que enfatizam as necessidades para criar e qualificar referências para a profissão, buscando, assim, também a ampliação de sua presença na sociedade. Um exemplo muito claro são as propostas relativas à criação de referências pelo CREPOP ou a produção de resoluções que busquem qualificar a prática profissional em certas áreas. Retomando o exemplo do eixo anterior, sobre redução de danos, podemos dizer que esse terceiro eixo envolve a criação e qualificação de referências para a categoria em relação à sua atuação na política de redução de danos.

- Mediante às violações de direitos existentes nas relações de trabalho com as (os) profissionais de Psicologia na Baixada, propõe-se maior aproximação entre o Sindicato e o CRP-RJ.
- Que o CRP-RJ abra espaço de discussão com o Sindicato para garantir que as (os) psicólogas (os) tenham 1/3 da sua carga horária mensal reservada para atividades como: planejamento de atividades profissionais e formação continuada.
- O CRP-RJ deverá lutar pela inserção da (o) psicóloga (o) na Rede Pública de Ensino.
- Buscar a inserção permanente da (o) profissional nas equipes que atuam na promoção de saúde no Sistema Carcerário.
- Divulgação, por parte do CRP-RJ, nos espaços do Controle Social nos quais participa.
- O CRP-RJ deve propor realizar mais eventos e ações de orientação com o tema políticas e de cuidado para os idosos, bem como processos de envelhecimento.
- Propor qualificação à (ao) profissional de Psicologia para o trabalho com orientação vocacional no contexto educacional, respeitando o contexto social sem restringir as possibilidades do desenvolvimento profissional.
- Defender, junto às esferas governamentais, o cumprimento da Portaria 336/02, que estabelece diretrizes de funcionamento dos CAPS, em especial no que concerne à garantia de supervisão técnica, além de incentivar a educação permanente e facilitação do acesso destes profissionais a cursos de especialização.
- Defender, junto à APAF, que o Sistema Conselhos articule com o Ministério da Saúde a modificação da portaria CM/MS nº2.437 de dezembro de 2005, de modo a tornar obrigatória a presença do (a) profissional de Psicologia nas equipes técnicas mínimas de atuação no Centro de Referência de Saúde do Trabalhador (CEREST) Regional e Estadual.

4) MOÇÕES APROVADAS

4.1) Moção Regional

- **Título: Nota de Repúdio ao oferecimento da Medalha Tiradentes em homenagem ao deputado federal Jair Bolsonaro para o estado do Rio de Janeiro**

Moção de Repúdio:

No dia 30 de Abril foi aprovada na ALERJ a concessão da Medalha Tiradentes, a maior homenagem de honraria da casa, ao deputado federal Jair Bolsonaro (PSC). Devido às suas declarações contra a garantia de direitos e às ações dos direitos humanos, ideias homofônicas, antifeministas e ditatoriais, esta nota de repúdio pede a anulação dessa concessão ao deputado.

4.2) Moções Nacionais Encaminhadas para o 9º CNP

- **Título: Década Internacional de Afrodescendentes (2015-2024)**

Moção de Apelo:

Fomentar o posicionamento e proposta de enfrentamento pelo Sistema Conselhos de Psicologia sobre a Década do Afrodescendente e o Mapa da Violência, considerando a situação de vulnerabilidade da população negra no Brasil.

- **Título: Defesa Intransigente da Luta Antimanicomial e à política da Reforma Psiquiátrica (Lei Nº 10.2016 de 06/04/2001)**

Moção de Apelo:

Moção de Apelo para que o CFP e o Sistema Conselhos de Psicologia reafirmem a defesa intransigente da Luta Antimanicomial e o apoio à política da Reforma Psiquiátrica e suas diretrizes na direção da desinstitucionalização (Lei Nº 10.2016 de 06/04/ 2001)

- **Título: Apoio ao SUS Público**

Moção de Apelo:

Moção de Apelo para que o CFP e o Sistema Conselhos de Psicologia reafirmem sua posição em defesa do Sistema Único de Saúde Integralmente Público (Lei Nº 8080 de 19/09/1990).

- **Título: Repúdio ao financiamento público das Comunidades Terapêuticas em todo território nacional (Res. CONAD 01/2015 – DOU de 28/08/2015)**

Moção de Repúdio:

Repudiamos a regulamentação das Comunidades Terapêuticas e reafirmamos nossa posição contrária à privatização da saúde por meio de destinação de recursos públicos a instituições privadas baseadas em modelo manicomial, desconsiderando as contribuições da ciência e da prática profissional da Psicologia, violando princípios básicos de direitos (à saúde, à assistência social e à cidadania).

- **Título: Apoio à retomada do debate nacional com a categoria sobre Psicologia, mídia e produção de subjetividade e democratização das comunicações**

Moção de Apoio:

Que o Sistema Conselhos (Conselho Federal e Regionais de Psicologia) retome o debate nacional sobre as temáticas mídia, subjetividade e democratização das comunicações, articulando as produções científicas da Psicologia e as comunicações midiáticas na produção da subjetividade e coletividade.

- **Título: Apoio à produção de Campanha Nacional pela Aprovação do PL 4364/2012, que altera a lei 5766/1971**

Moção de Apoio:

Que o Sistema Conselhos de Psicologia promova uma campanha nacional de esclarecimento à categoria com a finalidade pressionar e garantir a aprovação do PL 4364/2012, que altera a Lei 5766/1971 (que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia).

- **Título: Moção de Apoio ao Projeto de Lei nº3688/2000**

Moção de Apoio:

Moção de Apoio ao Projeto de Lei nº 3688/2000, que prevê a inserção de profissionais de Psicologia e Serviço Social na rede pública de Educação Básica.

- **Título: Moção de Repúdio à Res. CNE 1 de 11 de março de 2016**

Moção de Repúdio:

Considerando as especificidades do saber psicológico, que vem sendo construído há mais de um século, em diversas linha teóricas produzidas a partir de diferenciadas concepções de ser humano e de subjetividade.

Considerando que esta multiplicidade não está pautada em constructos expressos em padrões sobre o comportamento, os sentimentos, as aprendizagens, o desenvolvimento, as capacidades cognitivas dos seres humanos.

Considerando que as práticas psicológicas profissionais, refletindo a complexidade deste suporte teórico, também não estão ancoradas em técnicas de intervenção padronizadas, e que estas estão pautadas na escuta atenta dos infinitos relatos humanos que serão avaliados a partir das abordagens teóricas, que constituem o filtro que vai orientar as medias a serem propostas.

Os psicólogos reunidos no 9º COREP do Conselho Regional de Psicologia repudiam a adoção de uma nova modalidade de formação superior estabelecida no Brasil, a partir da publicação da Res. CNE 1 de 11 de março de 2016, que admite a formação superior na modalidade Educação à Distância.

Entendemos que a formação de psicólogas e psicólogos brasileiros não pode ser realizada sem as oportunidades que o ensino presencial viabiliza, ao colocar alunos e professores, alunos e alunas, frente a frente no debate necessário de ideias, concepções, conceitos, construindo a base de uma prática profissional implicada com ética e com o compromisso social de trabalhar pelo bem comum, e pela saúde e bem-estar dos usuários de seus serviços.

Dizemos NÃO à formação em Psicologia em EAD.

- **Título: Nomeação e posse de Velencius Wurch à Coordenação Nacional de Saúde Mental**

Moção de Repúdio:

Assim como os gestores, profissionais, usuários, familiares e comunidade em geral do município de Carmo/RJ, a partir da história de desinstitucionalização intrínseca do cotidiano da cidade, nós, psicólogos delegados do 9º COREP, viemos por meio desta repudiar a nomeação e posse de Velencius Wurch à Coordenação Nacional de Saúde Mental.

“Nenhum passo atrás, manicômio nunca mais”.

- **Título: Moção de Repúdio a Ruptura do Estado Democrático de Direito**

Moção de Repúdio:

Moção de Repúdio à ruptura do Estado Democrático de Direito a partir de um pleito ilegítimo apontado pela ONU e seus organismos, a imprensa internacional e organismos jurídicos internacionais como Golpe Branco, iniciando um desmonte anunciado de todas as garantias de direitos até o momento.

- **Título: Moção de Reconhecimento da Equoterapia em âmbito nacional pelo CFP como prática de atuação da (o) psicóloga (o) e reconhecimento da (o) psicóloga (o) como Equoterapeuta**

Moção de Reconhecimento:

Solicitamos ao CFP o reconhecimento da Equoterapia como prática de atuação da (o) psicóloga (o), tendo em vista que este integra uma equipe multidisciplinar. Nesse sentido, o reconhecimento da (o) psicóloga (o) como Equoterapeuta tornou-se imprescindível.

Solicitamos uma interlocução entre CFP e a Associação Nacional de Equoterapia (ANDE-Brasil) objetivando a acessibilidade para o conhecimento desta prática implicada com o saber psicológico para o tratamento das diversas síndromes e transtornos (físicos e psíquicos), tais como Autismo, Síndrome de Down, Dependência Química entre outras.

- **Título: Moção de Apelo ao Sistema Concelhos de Psicologia para ampliação das atividades da Psicologia na Mobilidade Humana**

Moção de Apelo:

O trânsito brasileiro é considerado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) um problema de saúde pública em função dos altos índices de morbimortalidade.

Considerando:

- A gravidade desse eventos (acidentes) e o impacto negativo na vida das pessoas e as consequentes sequelas invisíveis;
- A necessidade de ampliação dos saberes e fazeres psicológicos junto às políticas de trânsito e mobilidade humana;

Propõe-se:

Que o Sistema Concelhos de Psicologia envie esforços que resultem maior dedicação e empenho na elaboração de proposição para o fomento de políticas públicas que contemplem o atendimento psicológico de vítimas de trânsito, subsidiado pelo prêmio Seguro DPVAT, com fins de que a política atenda aos interesses reais da sociedade. E, desta forma, a promoção de políticas públicas de trânsito, transversalizando em áreas como educação, saúde e pesquisa, para além da já consagrada atuação junto à avaliação psicológica.

- **Título: A inserção da (o) psicóloga (o) na atuação em classe hospitalar (sala de aula no hospital)**

Moção de Apelo:

Moção de apelo pela inserção da (o) psicóloga (o) educacional no âmbito da Educação Inclusiva e mais especificamente na atuação em Classe Hospitalar (Equipe Multidisciplinar).

A Classe Hospitalar é reconhecida na legislação brasileira por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente Hospitalizado (Resolução nº41 de outubro de 1995 – item 9).

- **Título: Uso inadequado das tecnologias e suas consequências na saúde**

Moção de Apelo:

Moção de Apelo para que sejam atendidas pelo Sistema Único de Saúde as pessoas que apresentem transtornos psicológicos relacionados ao mau uso das tecnologias, bem como a construção de estratégias de atendimento e qualificação da (o) psicóloga (o).